

ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ITÁ REASSENTADOS EM CAMPOS NOVOS-SC: APONTAMENTOS SOBRE A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS *OUTSIDERS* ATRAVÉS DO RECURSO À MEMÓRIA

Bruno Antonio Picoli – UFFS
prof.brunopicoli@gmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta alguns apontamentos referentes ao processo de reterritorialização dos camponeses atingidos pela Barragem de Itá reassentados em Campos Novos-SC desde 1998. Busca, através do recurso à memória, analisar qual foi/é a percepção dos reassentados quanto à sua recepção por parte da população local, os conflitos desencadeados pelo processo de instalação das famílias, as estratégias de integração e a absorção e reprodução de estigmatizações sociais comuns aos habitantes locais.

Palavras-chave: atingidos por barragem, reterritorialização, estigmatização social e memória.

Uma das principais conquistas da CRAB (atual MAB), sobretudo no tocante à UHE Itá, foi o reconhecimento, por parte das empresas construtoras, dos direitos de indenização aos camponeses que não possuíam propriedade sobre a terra em que viviam. Esse grupo – um total de 1306 famílias – pôde optar por reassentamento rural coletivo ou auto-reassentamento, com carta de crédito. Embora a CRAB defendesse abertamente a primeira opção, apenas uma pequena parcela desse foi reassentado: 369 famílias (GERASUL; ECSA, 2000. p. 4-6).

Nosso objetivo nesse artigo, que é derivado de um trabalho maior (NÃO IDENTIFICADO, 2012), é analisar a dinâmica da reterritorialização dos atingidos pela Barragem de Itá reassentados em Campo Novos-SC, o último de um total de 7 projetos de reassentamentos rurais coletivos do referido barramento. Não há pretensão de analisar como os moradores locais receberam os atingidos, mas buscaremos fazê-lo no que concerne à percepção de sua recepção pela população local e como, no decurso do tempo – doze anos desde a instalação até as entrevistas –, absorveram e reproduziram alguns desses referentes estigmatizantes dos habitantes locais.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, realizamos 9 entrevistas com reassentados (6 homens e 3 mulheres) que residem atualmente em Campos Novos-SC, no último de 7 projetos de reassentamento rural coletivos para famílias de atingidos pela UHE Itá. É importante ressaltar que, a pedido dos mesmos, omitimos seus nomes verdadeiros, atribuindo-lhes “nomes fantasia”. O argumento utilizado para justificar o pedido – não se tratou de uma exigência – foi o de que é comum que empresas do Setor Elétrico, em especial a Tractebel, realizem entrevistas com moradores e tirem fotos do reassentamento, entretanto, reclamam que seus relatos são distorcidos. Como nosso objetivo não é utilizar os resultados das

entrevistas como fontes puras, mas analisá-los – não “distorcê-los” – consideramos melhor omitir seus nomes. Concordamos com a expressão de Albuquerque Júnior (2007, p. 206) de que na memória, fica o que significa, mas para se fazer história, é preciso significar o que fica.

Dos nossos 9 entrevistados, 6 têm mais de 60 anos, já são avós e moram com pelo menos um dos filhos, os outros 3, com faixa etária entre 40 e 50 anos, vivem com os cônjuges e têm pelo menos dois filhos. Todos os casais já estavam formados no Alto Uruguai e deslocaram-se para o reassentamento de Campos Novos-SC em 1998. Todos os nossos entrevistados mantêm-se em atividades agrícolas e criação de animais. Na maioria dos casos as entrevistas foram realizadas nas residências, com a utilização de fotografias quando o depoente considerasse necessário. Em todos os momentos as conversas foram individuais e gravadas.

O recurso da oralidade permite que outras histórias, diferentes, e não raro divergentes, da oficial, conquistem espaço e respaldo. Através desse recurso, acreditamos poder encontrar elementos importantes que os documentos escritos não podem – por sua “natureza” – apresentar, como a dinâmica da vivência comunitária, o cotidiano, a mentalidade, as permanências, as rupturas, as relações com o espaço – ou com o território – (não só econômicas, mas socioafetivas, enfim, com “o que o lugar significa”), etc. (NEVES, 1998, p. 218).

É evidente que essa abordagem possibilita maior democratização da/na história, pois grupos que até então eram esquecidos, negligenciados, ora por possuírem uma cultura oral e, portanto, não deixarem muitos documentos escritos, ora por suas perspectivas não serem interessantes para as elites econômicas e políticas “donas da história” (TEDESCO, 2004, p. 106). Entretanto o discurso testemunhal não deve ser tomado como uma verdade inquestionável, mas como “um ponto de vista sobre o real”, devendo, portanto ser analisado, passar por uma crítica (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 200; ALBERTI, 1996, p. 5). Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir com imagens de hoje, as experiências do passado. É um intercâmbio entre as emoções do ontem ressignificadas pelas emoções do hoje (DELGADO, 2006, p. 18).

A relação entre o território e a identidade sociocultural – que configura a identidade territorial ou, como utilizamos, a territorialidade – toma a forma de um processo em movimento. Se constitui no decurso do tempo tendo como principal elemento o sentimento de pertencimento ao espaço – transmutado em território/lugar (SOUZA; PEDON, 2007, p. 128). É importante destacar que este pertencimento tem um sentido de apropriação – de valores, hábitos e, mesmo, pessoas –, enquanto adesão, incorporação da dimensão simbólica e

identitária do grupo que o constitui (HAERSBAERT, 2002, p. 129). Nesse sentido a desterritorialização é entendida como a perda de um território apropriado e socialmente vivido por razão de diferentes processos capazes de desfazerem um território (no caso de uma barragem isso é mais significativo ainda, visto que o território é desfeito fisicamente). Já a reterritorialização refere-se a busca por (re)criar em um novo espaço – ou no antigo que sofreu modificações – as experiências e vivências com as quais se identificavam (CORRÊA, 1996, p. 252).

O projeto da UHE Itá provocou a desterritorialização das famílias que habitavam as barrancas. Contudo fez emergir a projeção de poder desfrutar de parte deste “progresso”. Não se trata de uma relação “ganhar-perder”, mas de uma dinâmica muito mais complexa que envolve elementos do “ethos” camponês do Alto Uruguai, as perspectivas quanto a reprodução destes no novo espaço, as frustrações de algumas destas projeções e o “desligamento” – espacial e temporal – com a lugar de origem. A maioria dos optantes dos 7 programas de reassentamento rural coletivo era formada por trabalhadores rurais não-proprietários que viviam nas margens do Rio Uruguai e desenvolviam atividades como arrendatários, agregados, posseiros, assalariados e filhos de proprietários (GERASUL; ECSA, 2000, p. 6-10).

A grande maioria dos atingidos pela Barragem de Itá era constituída por colonos “de origem”, normalmente descendentes de grupos italianos, poloneses e alemães. Em meio às dificuldades, aos obstáculos, ao relativo isolamento, sobressaiu uma cultura camponesa calcada na família, no trabalho, na propriedade privada da terra¹ e, indubitavelmente, na noção de comunidade, entendida como “um agrupamento dotado de equipamento institucional mínimo, de modo a servir de teatro para as diversas atividades dos seus membros” (CÂNDIDO, 1979, p. 20). A ideia de comunidade está vinculada a uma relação afetiva do indivíduo com o grupo e com o território. Engloba adesões comuns, confiança, amizade desinteressada, ou seja, um engajamento coletivo de natureza moral. Não exclui o sujeito, mas o integra em uma dinâmica de inter-relação e corresponsabilidade coletiva. Conforme Tedesco (1999, p. 89-90),

A comunidade está no seio das tramas e teias do trabalho e dos formatos de vida dos que são daqui e dos que são “de fora” [...], do espontaneísmo e altruísmo, do mútuo compromisso, do conviver e participar [...], da cumplicidade dos tempos (dos mortos) e da moral, dentre outras; é, sem dúvida, um espaço de aglutinação cultural e social extremamente sensível às transformações sociais.

É onde os indivíduos interagem, atribuindo novos valores e significados a determinados símbolos, sem que estes, de imediato, percam o significado anterior –

multiplicidade de temporalidade e contemporaneidade de não-coetâneos. É um espaço que transcende o econômico. É social e cultural. A comunidade é um “lugar”, no sentido atribuído por Tuan (1983, p. 6), onde há o auto e o sócio-reconhecimento.

No caso de deslocamentos compulsórios, nas quais não coube ao indivíduo que transfere morada decidir entre permanecer ou mudar, este vínculo afetivo com o espaço – e sobretudo com as pessoas que vivem nele –, a consciência do pertencimento ao mesmo, de territorialidade, inexistiu ou se estabelece de forma muito lenta. Fazer do novo espaço um território demanda tempo. Reconhecer-se como membro de um grupo maior – o dos habitantes de determinada região – é um processo lento de identificação.

O medo do novo, do intruso, do desagregador da comunidade, do portador de novos padrões de moralidade – ou imoralidade –, não era preocupação apenas dos atingidos diante da possibilidade da desestruturação de suas comunidades e do estabelecimento em regiões que lhes eram estranhas. Os habitantes de Campos Novos-SC também reagiram à inserção, em seu território, desses novos atores sociais. O município de Campos Novos-SC possui uma ocupação mais antiga que a do Alto Uruguai, remontando ao início do século XIX. O domínio sobre a terra deu-se pela lógica do latifúndio, sobretudo para a criação de gado (MACHADO, 2001, p. 15). Nas últimas décadas do século XX, sobretudo após a modernização da agricultura e as pressões de grupos camponeses sem terra, muitas propriedades inativas foram confiscadas e destinadas a programas de Reforma Agrária (MDA; INCRA, 2010). A grande maioria dos assentamentos é constituída por camponeses identificados com o MST. Oriundos de diferentes regiões, os “sem terra” causaram estranhamento e são estigmatizados pelos habitantes estabelecidos anteriormente no município. São considerados relaxados, preguiçosos, baderneiros, mau pagadores, violentos, estupradores, portadores de mau-exemplos, são, enfim, denominados com vários termos pejorativos². Interessante perceber que o termo estigmatizante permanece mesmo após a conquista da terra por parte deste grupo. Hoje não são mais “sem terras”, mas isso não impede que assim sejam chamados.

Todos os reassentados entrevistados reclamam ser – ou ao menos ter sido em algum momento – confundidos com os assentados. Situação semelhante ocorreu nos dois primeiros reassentamentos da UHE Itá, onde, ao contatar serviços públicos, como escola, posto de saúde, etc., eram hostilizados e associados aos “assentados do MST” (REIS, 1998). Em atividades do cotidiano – visitas ao comércio, tentativa de abertura de crédito, etc. – muitos reclamam ter sido expostos às situações constrangedoras. “Joana”, 50 anos (2010), quando

entrevistada, relatou alguns eventos que enfatizam essa associação reassentado-assentado enquanto mau elemento, com relação ao medo da população local em se “contaminar” com o suposto mau exemplo dos novos moradores.

Um dia eu tava lá na cidade né, fui na cabelereira... Báh mas elas conversavam... De repente ela lembrou e disse “mas você veio da onde? Não é daqui não?” “Não, nós viemos lá do Rio Grande do Sul, nós fomos atingidos por barragem né”. Dai ela cortou [o assunto] totalmente assim sabe... ela virou as costas... ela deu tipo assim um “medo” né, isso... Dai ela não se negou a cortar o cabelo né, mas ela não quis mais assim ter uma intimidade. E ela, antes dela saber isso, a conversa era boa né, a gente começou até se animar e dai elas né, elas ficaram assim sabe... tudo com medo da gente, muito medo. Nas lojas também, quando a gente ia lá, conforme a loja assim sabe né, não fazia a ficha pra gente né, nada, por causa que eles queriam saber né... dai primeiro “Ah, porque primeiro você precisa me trazer alguém aqui, pra saber da tua vida”. Como é que ia lá pro Rio Grande pra buscar o povo de lá porque [riso] aqui [com outros reassentados] seria muito suspeito né.

Em muitos casos tal situação fez com que os atingidos reassentados em Campos Novos-SC agissem de modo a legitimar o medo e/ou a má impressão que os moradores locais mantêm sobre eles. Conforme salientaram Elias e Scotson (2000, p. 30), “dê-se a um grupo uma reputação ruim e [condições sociais para tal que] é provável que ele corresponda à essa expectativa”. De acordo com o reassentado “Pedro”, 42 anos (2010), logo que se instalaram no reassentamento de Campos Novos-SC, devido ao tratamento que lhes era dispensado no comércio local, agiu agressivamente com uma atendente de loja, o que reforçava o uso de termos depreciativos pelos quais eram identificados pelos demais munícipes.

quando a gente ia pro comércio, enquanto tinha dinheiro vivo pra comprar ninguém questionava o que que era, o que que não era. Mas, no momento que você precisava de um crédito, por exemplo, quando falava que era reassentado a coisa complicava. Aí... nunca tinha coisa que chega... até comigo aconteceu de loja de... de... vou fazer um exemplo que aconteceu, assim, pra ser mais ilustrado: eu vi uma jaqueta na loja lá em promoção, em tantas vez e não sei tantas... e dava propaganda no rádio da facilidade que era comprar naquela loja... aí eu fui lá e vi como é que era e “não, só traz um comprovante de residência, os documentos aqui, que em dois toque tá pronto...”, e aí, tava fazendo lá as coisa e quando chegou no endereço, que eu falei “Reassentamento Gerasul”, que é mais conhecido, aí parece que nunca chegava mais nada, até que eu me incomodei e mandei eles enfiar aquele casaco onde eles quisessem e peguei e sai da loja. E isso a gente sabe que aconteceu com muita gente.

A população do município de Campos Novos-SC, no entender dos reassentados, os tinham como pessoas inferiores, de moral duvidosa e instinto agressivo. A associação que faziam com os camponeses assentados vinculados ao MST deve-se ao fato de que estes valores já lhes eram atribuídos. Reuniram todos num “mesmo saco”. Quando precisavam ir à cidade afirmam que os habitantes locais atravessavam as ruas, olhavam de canto e faziam

comentários entre si. É importante nos atermos aos comentários e fofocas como meio de controle e estigmatização social, como já salientaram Elias e Scotson³ (2000, p. 20). Pudemos perceber, pelos depoimentos, que havia, por parte da população local, um medo de “contaminação”. Não eram recebidos pelos novos vizinhos já estabelecidos ou, quando eram, a recepção não se dava em clima de cordialidade: não eram convidados à entrar, tomar um chimarrão, etc., como é comum quando da chegada de um novo vizinho.

as pessoas, por terem medo que fosse gente do mal, fossem fazer barbaridade e tal. E até os vizinhos... teve um, quando tinha até eu não tava junto, mas os outros dois camaradas que foram conversar pra explicar o que tava acontecendo [instalação das famílias], uma vizinha nem recebeu, ficou na janela e... Depois de uns dias que foi conseguido falar com eles, porque a imagem que se tinha é que era gente marginal que tava vindo pra cá. (“PAULO”, 41 anos, 2010).

O comentário que se tinha na cidade era o de que aqui né, onde nós tamo, era pra ter gente presidiária... Então o povo aqui de Campos Novos tinha raiva da gente, pensava que nós não era trabalhador, que ia apronta na cidade, tinham medo de ser assaltado né. Os vizinho só recebiam a gente da janela, não queria que entrasse na casa “pra vê o que tinha” [...] Acho que o povo não entendia que a gente era atingido por barragem, achava que era gente do MST ou bandido que só ia incomodar, aprontar... (“JORGE”, 66 anos, 2011).

É importante salientar, como o fizeram Elias e Scotson (2000, p. 50), que este tipo de atrito é comum quando um grupo novo se estabelece em um espaço. Os antigos moradores, territorializados, entendem como uma ameaça aos seus costumes o ingresso concomitante de várias famílias. Reagem à agressão estigmatizando os intrusos. Estes últimos – em nosso caso os atingidos pela UHE Itá – tem, nesse processo, maior resistência em se identificar com o espaço, em se territorializar – ou melhor reterritorializar.

Em muitos casos os conceitos atribuídos aos recém chegados, desterritorializados e ainda não integrados, ainda de acordo com Elias e Scotson (2000, p. 27), encontram um forte aliado nos próprios estigmatizados, em uma espécie de “voz interior”. Afirmam também que esta tem um efeito paralisante, inibindo ações do próprio grupo. Entretanto, analisando os discursos dos atingidos que hoje residem em Campos Novos-SC, percebemos que não houve resignação, mas, ao contrário, buscou meios, estratégias, de distanciarem-se destes conceitos. Na busca por aceitação entre os moradores do novo espaço, a fim de torná-lo território, lugar, os reassentados encamparam alguns dos conceitos e estigmas sociais atribuídos pelos camponeses – e população local – aos denominados “sem terras”. Percebendo a impossibilidade de sua integração enquanto fosse mantida a associação com o grupo excluído e estigmatizado, os reassentados realizaram um esforço coletivo – não necessariamente

consciente – no sentido de aproximar-se dos antigos moradores, empurrando aos “sem terras do MST”, e apenas a esses, as categorias pejorativas com as quais também eram associados. Conforme “José”, 62 anos (2010),

esse povo, acho que não sei se muitos não são bem vistos pela sociedade camponovense até hoje ainda né, e nós também, nós fomos enquadrados nesse mesmo estilo. Viravam as costas quando entrava num bar, numa loja... “Ah, lá vem os sem-terra” né. Eles tinham uma alergia a esse movimento né do MST. Como nós fomos com o tempo né explicando e nosso estilo de se apresentar, de comprar no comércio, era de uma outra maneira, não daquele tipo de compra e daqui a pouco ficar devendo eternamente né, e vai procurar numa barraca e não acha mais... Aí começaram a entrar os comerciantes e ver, e já queriam vender fertilizante na própria propriedade... E tinha a prosa entre eles “Lá é diferente, o povo lá é trabalhador, dá pra ver no tipo de edificação que eles tem lá, pra ver como que é ajeitado os lotes, não é o povo dos sem-terra não...”

Percebe-se explicitamente no depoimento do reassentado a absorção dos conceitos negativizadores dos assentados. Ao diferenciar a “forma de trabalho” infere que os assentados não são muito dedicados; ao falar sobre a “nossa forma de comprar” afirma que os assentados não são bons pagadores. A questão do “capricho com a área da morada” também é um elemento que, no imaginário local, aproximava os assentados de outro grupo estigmatizado na região, o dos caboclos, no sentido de que compartilhariam “falhas morais”. Enfim, selecionam-se algumas características de alguns membros do grupo em questão e às atribui ao grupo como um todo – afinal, dever no comércio não é exclusividade de membros de um grupo humano apenas.

Todas as famílias de atingidos pela UHE Itá reassentadas em Campos Novos-SC mantinham, quando no Alto Uruguai, atividades como arrendatárias, não sendo, portanto, proprietários de terra. Todas participavam – com maior ou menor intensidade – de um movimento social camponês, fizeram protestos, manifestações, enfrentaram a polícia, foram tratados pela imprensa regional como baderneiros, “inimigos do progresso”, etc. Entretanto, como pudemos perceber, não há entre esses o reconhecimento da legitimidade de outros movimentos sociais, como é o caso do MST.. O que interessava aos reassentados era se reterritorializar e, para tal, precisavam compartilhar das “normas morais” dos já estabelecidos.

Esse esforço por diferenciar-se surtiu efeito. Podemos perceber pelo depoimento de “José” que os comerciantes locais, sobretudo de produtos de uso agrícola, passam a se interessar por esses novos consumidores, criando, inclusive, uma rede de fofocas elogiosas, abonadoras do grupo. Além disso, um dos reassentados entrevistados para esta pesquisa, ainda em 2009, foi eleito secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Novos, o Sindicam (MTE, 2011), o que indica uma aceitação maior da comunidade local –

pelo menos dos agricultores – com relação aos reassentados.

É somente quando se referem aos elementos que contribuíram para dirimir os estigmas que lhes eram impostos pelos moradores de Campos Novos-SC que os reassentados fazem menção aos atingidos pela UHE Campos Novos. De acordo com “Fátima”, apenas quando os habitantes passam a conviver com a possibilidade de deslocamentos coletivos promovidos por empreendimentos hidrelétricos é que “entendem” a situação das famílias que saíram do Alto Uruguai.

Com o tempo a gente foi conquistando o respeito e a confiança da sociedade camponovense né, a gente foi fazendo amigos, pagando direitinho no comércio [...] E daí aqui também teve essas barrage, e daí o pessoal entendeu o que que era um atingido por barrage, um reassentado [...] porque antes, pra eles, não tinha diferença entre assentado e reassentado, era tudo igual (“FÁTIMA”, 65 anos, 2011)

Novamente fica explicitado o esforço em deixar clara a diferença entre o “nós” (entendido como iguais aos moradores que já estavam aqui) e os “outros” (os assentados).

Nenhum de nossos 9 entrevistados afirma ter contato com os atingidos pela UHE Campos Novos, nem mesmo com o MAB. A experiência dos atingidos pela UHE Itá, residentes em Campos Novos-SC, poderia ser de grande valia para os demais, mesmo antes da instalação dos reassentamentos. De acordo com os depoentes (“Jorge”, 66 anos, 2011; “José”, 62 anos, 2010), não houve nenhuma tentativa de integrar os reassentados da UHE Itá com os moradores dos 8 projetos decorrentes da UHE Campos Novos, um deles, inclusive, no mesmo município (ENERCAN, 2007, p. 18-9).

É evidente que um processo tão recente, como o caso do reassentamento de Campos Novos-SC, é ainda marcado por conflitos, por acomodações identitárias e por enquadramentos. O presente trabalho buscou apresentar alguns apontamentos que suscitaram inquietações que, devido às exigências da pesquisa em curso na ocasião das entrevistas, não puderam ser respondidas com maior aprofundamento, o que indica que é um campo aberto para futuras investigações. É importante perceber e problematizar a dinâmica das estratégias coletivas para alcançar a desejada integração à comunidade local, ao mundo dos “estabelecidos”, mesmo que para tal seja necessário reproduzir estigmas sociais que em um momento anterior lutaram, também coletivamente, para superar.

Referências

ALBERTI, V. **História Oral na Alemanha**: semelhanças e diferenças na constituição de um mesmo campo. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DELGADO, L. de A. N. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os Estabelecidos e Os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENERCAN. **UHE Campos Novos: remanejamento de famílias e indenizações**. Campos Novos-SC: Enercan, 2007.

GERASUL; ECSA. **Remanejamento da População Atingida: listagem geral situação maio/2000**. Florianópolis: Gerasul, 2000.

HAERSBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói, RJ: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

MACHADO, P. P. Bugres, tropeiros e biribas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, A.; AREND, S. (orgs). **História de Santa Catarina no Século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

MDA; INCRA. **Prestação de Contas Ordinárias Anual: relatório de gestão do exercício de 2009**. Florianópolis, 12 de março de 2010.

MTE. **Anuário de Informações Sindicais: Sindicato dos trabalhadores Rurais de Campos Novos-SC**. 2011.

NEVES, M. História e memória. In: MATTOS, I. R. (org). **Ler e Escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.

NÃO IDENTIFICADO, 2012.

REIS, M. J. **Espaços Vividos, Migração Compulsória, Identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá**. Campinas, SP: s/n, 1998.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros: seção de Três Lagoas-MS**. v. 1, nº 6, ano 4, novembro de 2007.

TEDESCO, J. C. **Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo, RS: UPF; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

TEDESCO, J. C. **Terra, Trabalho e Família: racionalidade produtiva e o *ethos* camponês**. Passo Fundo, RS: UPF, 1999.

TUAN, Y. *Espaço e Lugar: a perspectiva de experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

Entrevistas com atingidos pela UHE Itá reassentados em Campos Novos-SC

“Fátima”, 65 anos. **Entrevista cedida ao Autor**. 2011.

“Joana”, 50 anos. **Entrevista cedida ao Autor**. 2010.

“Jorge”, 66 anos. **Entrevista cedida ao Autor**. 2011.

“José”, 62 anos. **Entrevista cedida ao Autor**. 2010.

“Paulo”, 41 anos. **Entrevista cedida ao Autor**. 2010.

“Pedro”, 42 anos. **Entrevista cedida ao Autor**. 2010.